

Prefácio à Obra Manual da Educação Jurídica de Sérgio Rodrigo Martínez:

A emancipação pela educação e a educação da emancipação

por Luiz Edson Fachin

Professor Titular de Direito Civil e Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Apresenta Sérgio Rodrigo Martínez à comunidade jurídica brasileira obra fundamental sobre o ensino jurídico. Trata-se de texto imprescindível ao desenvolvimento da (necessária) educação jurídica crítica e construtiva. Fruto de Tese de Doutorado defendida e aprovada no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito Universidade Federal do Paraná, desenvolveu o autor, sob nossa orientação, a idéia da implantação de uma nova estrutura sócio-pedagógica nos cursos jurídicos nacionais.

Na caminhada de pesquisa esteve durante um semestre na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, sob a supervisão do Professor Doutor António José Avelãs Nunes, o que evidencia a base de investigação da tese e também o nível internacional do Programa de Pós-Graduação em Direito pelo intercâmbio científico e cultural.

A obra perfaz a evolução sócio-histórica do ensino jurídico no Brasil, desde a sua gênese em 1827 com a instituição dos cursos de Direito em São Paulo e Olinda até os dias atuais, demonstrando, com

acuidade as transformações pelas quais as academias jurídicas nacionais passaram e os paradigmas predominantes em cada momento nos cursos jurídicos.

De Paulo Freire a Edgar Morin, de Thomas Kuhn a Boaventura de Souza Santos, as vastíssimas fontes bibliográficas visitadas ultrapassam os muros da ciência jurídica, a partir de um espectro transdisciplinar, resultando em uma obra que transcende a crítica da ciência jurídica para propor a criação de um conhecimento em bases emancipatórias, a partir da ampliação dos focos de consciência dos indivíduos perante a realidade.

Nessa dimensão, desenvolve a idéia, com base na teoria do inconsciente coletivo de Carl Jung, de que há um arquétipo cristalizado no ensino jurídico brasileiro que o distancia das demandas sociais, pois escondido ainda pelos argumentos da neutralidade e da autoridade. A ele se opõe um contra-arquétipo, que desenvolvido através de métodos dedutivos, reconhece o surgimento de um novo paradigma científico emergente.

A singularidade, o ineditismo e a grandeza da obra, por si somente recomendam a leitura, as conclusões a que chega o autor, contudo, são destinadas a mestres e estudiosos do Direito, sedentos de respostas ao mesmo tempo instigantes e satisfatórias aos problemas do direito e das crises estatais e sociais.

Aí a grande contribuição do autor: a demonstração de que o ensino jurídico não pode ser analisado isoladamente do próprio direito e da crise estatal. Mas como fenômeno inerente a eles (causa-efeito) e a partir de outros níveis de conhecimento, como a própria pedagogia.

A complexidade do tema se contrapõe a transparência do texto, cuja redação é atraente e possui decomposição capitular exemplar, em três capítulos. No primeiro, analisa o arquétipo do ensino jurídico

brasileiro e os seus efeitos; no segundo expõe as premissas para a sua transformação e no terceiro propõe a construção de um contra-arquétipo, necessário para uma nova educação jurídica, em bases emancipatórias.

O autor, como intelectual orgânico da transformação, não se distancia do tempo presente, fazendo urgir a necessidade de alternativas emancipatórias para a ciência e educação, não se fazendo refém do dogma da inevitabilidade da realidade e da opressão de estereótipos totalitários. Daí a necessária retomada do sujeito e ao menos de um certo protagonismo para superar a barbárie e a indiferença, pois nisso reside na nossa aventura histórica¹.

Para além de demonstrar a necessidade de superação do paradigma vivenciado pelo ensino jurídico atual, consegue o autor comprovar a importância da educação, na lição de Edgar Morin: “(...) *a educação pode ajudar a nos tornarmos melhores, se não mais felizes, e nos ensinar a assumir a parte prosaica e viver a parte poética de nossas vidas*”.²

Em boa hora iniciativa editorial elogiável traz ao público essa obra que pode ser pioneira e relevante contribuição ao debate.

¹ “O ponto a que estamos ligados, percorrendo essa estrada, é paradoxalmente a negação da premissa que nós próprios tenhamos posto como fundamento da nossa aventura histórica” (BARCELLONA, Pietro. O egoísmo maduro e a insensatez do capital. São Paulo: Ícone, 1995, p. 144).

² MORIN, Edgar. A Cabeça bem-feita: Repensar a Reforma. Reformar o Pensamento. 5ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 11.